

## VAMOS CONVERSAR SOBRE SABERES DOCENTES<sup>1</sup> E DIFERENÇA<sup>2</sup>?

Cláudia Hernandez **Barreiros** – UERJ

Agência Financiadora: FAPERJ

Você já é uma mocinha.” “Homem não chora.” “A mesa das meninas tá linda, tá tão quietinha hoje!” “Senta assim, direitinho, que nem menininha educada.” “Os meninos não querem brincar no canto da boneca porque é coisa de mulher.” “Você não pode jogar futebol, não, porque vai se sujar toda.” “Onde já se viu brigar desse jeito, que nem garoto!” “Olha só o caderno dele, tá tão caprichado... nem parece coisa de menino! (Kramer, 1994: 179)

Quinze anos se passaram desde a publicação da tese de doutoramento de Sonia Kramer, quando um grande público ligado à educação neste país pode ler, entre outros textos, “Mulher ou mulherzinha?” (pp. 178-185). Cabe perguntar nesta conversa: o que mudou em nossas práticas escolares desde então?

Kramer reivindicava que as instituições escolares pudessem não apenas falar dos assuntos considerados legítimos à época, como “métodos de ensinar, técnicas de trabalho, mecanismos de avaliação ou cartilhas”. Pedia que nos abrissemos “para outros temas – ser negro, ser pobre, ser mulher, ser criança, ser humano, ter valores diversos e conflitantes – que tocam muito mais profundamente nos nossos hábitos, na nossa linguagem, naquilo que fazemos no cotidiano.” (p. 184)

Sonia estaria propondo que fizéssemos um movimento da didática instrumental a uma didática intercultural?!

Este texto é uma tentativa de síntese de algumas questões que têm sido levantadas por um jovem grupo de pesquisa num projeto que trata dessas questões e inicia o seu segundo ano de desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Entendemos por *saberes docentes*, aqueles elaborados por professores práticos, compondo um conjunto plural, compósito e heterogêneo, que envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber-fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas e, provavelmente, de naturezas diferentes. (Cf. Tardif, 2002: 18)

<sup>2</sup> Compreendemos *diferença* como um conceito que se refere às diferenças culturais entre os diversos grupos sociais, definidos em termos de divisões sociais tais como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade, tal como Silva (Cf. 2000: 42). Optamos pelo uso deste termo e não por diversidade por entendermos que ele enfatiza “o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo, com relações de poder e autoridade.” (pp. 44-5).

A pesquisa, que centra seu foco nos saberes docentes que professoras da educação infantil e dos anos iniciais do EF vêm desenvolvendo para lidar com a diferença nas escolas, aposta na possibilidade proposta por Tardif & Gauthier de que:

Os pesquisadores em educação que se interessam realmente pela formação de professores e que se empenham em colocar suas pesquisas a serviço da prática de ensino deveriam ter como perspectiva (...) estabelecer não uma ciência do ensino, mas uma 'jurisprudência da pedagogia'. (2001: 202)

Nossa crença, ao iniciarmos este trabalho de pesquisa, era fundada em nossa própria história de vida, que se confunde com as de tantas outras professoras: a de que temos sido desafiadas, instigadas e até obrigadas a aprender a lidar com a diferença em nossas salas de aula, pátios, quadras, corredores, auditórios, enfim, em todos os espaços que a escola encerra. E que isto igualmente nos obriga a constituir saberes e a organizá-los no curso de nossas ações pedagógicas. Nesse percurso, fomos nos fazendo *pesquisadoras-professoras* e os cursos de pós-graduação foram se mostrando o caminho de quem queria seguir pesquisando.

Portanto, não queríamos chegar à escola como alguém que vem de fora e não vive aquela experiência com a mesma intensidade. Era preciso entrar como uma vizinha, ou mesmo uma parente. Alguém que não submete a prática à teoria. Queríamos construir com as nossas colegas-professoras uma jurisprudência da pedagogia, queríamos com elas trazer à tona os saberes que vimos desenvolvendo para lidar com a diferença de uma maneira que não crie, nem legitime hierarquias.

E, como vizinhas-parentes, sabemos que não é fácil DESCONSTRUIR! Não é fácil “penetrar no universo de preconceitos e discriminações presentes na sociedade brasileira [pois] essa realidade se apresenta entre nós com um caráter difuso, fluido, muitas vezes sutil, e está presente em todas as relações sociais.” (Candau & Koff, 2006: 115)

Igualmente sabemos que não temos tido a oportunidade de “RESGATAR(!) os processos de construção de nossas identidades culturais, tanto no nível pessoal, como no coletivo” (idem: 115-116)

Por isso, precisávamos, PROMOVER(!) experiências de interação entre pesquisadoras-professoras e professoras-pesquisadoras, que nos possibilitassem “relativizar nossa própria maneira de situarmo-nos diante do mundo e atribuir-lhe sentido”, desenvolvendo um conjunto de atividades que supusessem “uma dinâmica sistemática de

diálogo e construção conjunta entre diferentes pessoas e/ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, etc” (idem: 116), dialogando sobre formas de “reconstruir a dinâmica educacional.” (idem)

E, desse modo, precisávamos “favorecer processos de ‘empoderamento’, principalmente orientados a atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, ou seja, menores possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos” (ibidem), como, por exemplo, professoras de educação infantil de uma escola municipal.

Era preciso que não só *pesquisássemos* saberes docentes sobre a diferença, mas que promovêssemos nossa pesquisa numa perspectiva intercultural e que orientássemos todas as nossas ações nessa direção.

Foi por isso que idealizamos diferentes espaços e dinâmicas de encontros e cruzamentos: um momento mensal com as professoras de cada turno na escola, para realizarmos discussões a partir do projeto de pesquisa, textos propostos por nós e problemáticas e relatos trazidos pelas docentes.

As docentes participaram de um curso de extensão nosso sobre alfabetização e concebemos um outro sobre o ensino de matemática. A idéia deste nasceu nos encontros mensais na escola, quando as professoras marcavam a dificuldade em afetar os conteúdos ensinados e não só as relações professoras-alunos/as pelas preocupações com a diferença.

Considerando que o tempo que tínhamos nos encontros na escola era curto, a proposição de um curso parecia ser a forma de conseguir envolvê-las de uma forma que lhes trouxesse alguma compensação profissional. A proposta mostrou-se adequada e ampliou nossas relações de estudo e elaboração intelectual. A diretora da escola é licenciada em matemática e muito tem contribuído conosco nesse processo de investigação sobre a constituição de um ensino de matemática atento à diversidade cultural e à etnomatemática. Desse modo, ao mesmo tempo em que realizávamos o planejamento do curso, com ela, a escola replanejava seu projeto anual e incorporava a matemática em uma versão “diferente” na sua prática pedagógica. Desse modo, as professoras não só vinham para aprender, mas para pôr em jogo suas próprias experimentações.

Por todo esse tempo, sempre mantivemos duas estudantes de pedagogia imersas na escola fazendo observações e escrevendo um diário de suas experiências. Esses diários são

disponibilizados às professoras como mais uma forma de registro de suas práticas e vivências.

Seria ingênuo de nossa parte considerar que as docentes da escola municipal teriam o mesmo desejo de pesquisar e escrever sobre suas ações pedagógicas considerando que elas não têm, como nós, contas a prestar sobre sua produção acadêmica. Sabemos que nossas motivações são fortes e estão na base da estrutura da carreira acadêmica, mas não da atividade docente *lato sensu*. (Cf. Tardif & Zourhtal, 2005: 31) Somente três professoras, além da diretora (que intenciona a entrada no curso de mestrado em breve) e da coordenadora pedagógica (que já cursa o mestrado em educação) chegaram a escrever breves relatos. As demais narram oralmente as situações sem base em anotações.

Mas o que esses relatos apontam?

Descrevemos a seguir brevemente uma das reuniões que tivemos na escola:

*As professoras nos convidam para ir a uma sala de aula. As reuniões anteriores eram realizadas na sala de leitura, uma espécie de terreno neutro. A idéia, de iniciativa do grupo, é que as próximas ocorram sempre na sala de uma professora para que esta sintase mais à vontade para fazer seus relatos e reflexões acessando os materiais de que necessitar.*

*A coordenadora pedagógica nos conta que ela e a diretora tinham uma verba da escola para gastar com a compra de brinquedos, mas que não era possível contemplar meninos e meninas e que decidiram pela compra de bonecas, porque o valor era pequeno para atender a ambos os gêneros. Com o passar dos dias, no entanto, elas perceberam que também os meninos gostaram do brinquedo, assumindo o papel de pais das bonecas (uma branca e outra negra) empurrando os carrinhos de bebês pelo pátio.*

*Chegando à escola, a proposta foi de que cada turma visitasse a sala de leitura e criasse uma narrativa para as bonecas. Uma turma criou um enredo em que, mesmo identificando as bonecas como pertencentes a etnias diferentes, as fizeram irmãs. Outra, a partir da diferença, tornaram-nas amigas. Todas as professoras demonstram preocupação com o fato de que a boneca de fenótipo branco já está bem surrada pelo uso e que a boneca negra está como nova e incentivam que brinquem com ambas igualmente.*

*A partir daí, segue uma série de relatos de situações que mostram que as professoras estão atentas aos conflitos de gêneros.*

*A professora Zilda conta que um inventário realizado pela turma dos brinquedos da sala fez com que as meninas quisessem brincar com a “caixa de ferramentas”, o que provocou reação imediata de alguns meninos. Segue o diálogo anotado pela professora: “Vamos fazer de conta que somos homens e brincar de ferramentas!” – fala entusiasmada Giovanna. “Elas não podem fazer isso! Muda tudo nos cantinhos!” – retruca Pedro bem baixinho para que a professora não ouça. “Deixa! Deixa! Vamos brincar de passar roupa: eu quero ver se essas bobonas vão agüentar os meninos mexendo nas coisas delas!” – diz Patrick, combinando com Vinícius e Paulo José.*

*A mesma professora comenta de uma aluna de 5 anos que lhe contou que pediu à mãe que usasse anticoncepcional para parar de ter filhos. Ela alega que a família não tem condições de ter mais uma criança e que não quer ter de tomar conta de mais um irmãozinho.*

Esses breves relatos mostram que a sensibilidade do grupo foi se aguçando com a nossa interlocução e que hoje já se constituem problemas: os conflitos de gêneros, as discriminações raciais e os conceitos que têm de infância.

As professoras-pesquisadoras acreditam que precisam intervir diante dessas situações, pois como nos disse Kramer em 1994:

aqueles e aquelas a quem o estigma sufoca, aqueles e aquelas que o têm denunciado precisam atuar de forma que, por entre os fios de um tecido aos poucos desmanchado, novos padrões possam ser encontrados, desenhados, costurados no seu dia-a-dia, na escola, em casa, nas mais diversas modalidades de qualificação de professores. (p. 185)

**BIBLIOGRAFIA:**

CANDAU, V. & KOFF, A. Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural In: CANDAU, V. (org.) *Educação Intercultural e Cotidiano escolar*. RJ: 7Letras, 2006.

KRAMER, S. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. SP: Cortez, 1994.

SILVA, T. T. da. *Teoria cultural e educação – um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, M. & GAUTHIER, C. O professor como “ator racional”: que racionalidade, que saber, que julgamento? In: PERRENOUD, P. et al (orgs.) *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* 2 ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001; pp. 185-210.

TARDIF, M. & ZOURHLAL, A. Difusão da pesquisa educacional entre profissionais do ensino e círculos acadêmicos In: *Cadernos de Pesquisa*, SP: Autores Associados, maio/ago 2005, v. 35, n. 125; pp. 13-35.